

As escolas e o dispositivo de infantilidade

EDUARDO ALEXANDRE SANTOS DE OLIVEIRA*

Resumo: Afetada, sobretudo, pelo pensamento foucaultiano, Sandra Mara Corazza, em sua tese intitulada *História da infantilidade: a-vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim*, cria o conceito de dispositivo de infantilidade, o qual consiste em estratégia de investimento dos indivíduos por meio de um juízo de infância. Essa ideia edificada, segundo a pesquisadora, considera as crianças como seres fracos, débeis e que, por isso, devem ser corretamente adultizados em três pontos: quanto ao seu desenvolvimento biológico, quanto ao uso de seu sexo e que sejam disciplinados para que se autogovernem: educadas por meio de tal conceito, permite-se com que se empreenda os pequenos enquanto população futura. Sendo que as crianças são educadas, sobretudo, no dispositivo escolar, o presente artigo investiga de que maneira as escolas operam esse dispositivo de infantilidade nas três modalidades mencionadas. Esse problema é verificado com auxílio de trabalhos de Bujes e Gadelha – que também são norteados pelo pensamento foucaultiano – e, também, são apresentadas algumas considerações acerca de instituições escolares no estado do Paraná.

Palavras-chave: Corazza; dispositivo de infantilidade; escola; Foucault.

Abstract: Affected, above all, by Foucault's thinking, Sandra Mara Corazza, in her thesis entitled *História da infantilidade: a-vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim*, creates the concept of a childish device, which consists of strategy of individuals through a judgment of childhood. This constructed idea, according to the researcher, considers children as weak, and therefore must be correctly adulated in three points: as to their biological development, as to the use of their sex and to be disciplined to self-govern: educated by means of such a concept, one allows the small ones to be undertaken as a future population. Since children are educated, above all, in the school device, this article investigates how schools operate this device of childishness in the three modalities mentioned. This problem is verified with the help of works by Bujes and Gadelha – which are guided by Foucauldian thought – and also some considerations about school institutions in the state of Paraná.

Key words: Corazza; childish device; school; Foucault.



* EDUARDO ALEXANDRE SANTOS DE OLIVEIRA é professor de Filosofia no Departamento de História do *Campus* de Irati da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

Introdução

Esse artigo investiga de que maneira o dispositivo de infantilidade é operado nas escolas. Para tal verificação, necessita-se, primeiramente, apresentar o que é um dispositivo – conceito esse criado pelo filósofo francês, Michel Foucault – e em que consiste o de infantilidade – o qual é pensado por Sandra Mara Corazza a partir da ideia foucaultiana.

Numa palavra, segundo Foucault, os dispositivos são estratégias, táticas, máquinas sociais que, por meio do poder e do saber¹, constituem sujeitos para atenderem urgências históricas locais – hospitais psiquiátricos, prisões, escolas, são alguns desses aparelhos²: quando no século XIX, por exemplo, consolidou-se discurso afirmando que a espécie humana se degenerava por meio da prática da masturbação, esses dispositivos agiam em conjunto para edificar indivíduos que não cometessem tal ato, pois, visava-se, naquele período, no Ocidente, constituir populações com

¹ No momento que um saber é edificado e considerado verdadeiro, é disseminado em diversas instituições. Tal saber justifica o exercício de poder o qual consiste em ações sobre ações que fabricam os indivíduos. No dispositivo do exército, por exemplo, quando o comandante observa seu comando manuseando seu arsenal de maneira considerada incorreta, pode repreendê-lo e corrigi-lo fazendo-o carregar sua arma na forma apropriada. Nesse caso, essa é uma ação do comandante sobre a do comando que se pautou em um saber considerado verdadeiro, como por exemplo, que a má postura compromete o desenvolvimento e movimento do corpo: assim o militar será formado de acordo com a postura certa e, também, pensará a partir desse saber.

² Os dispositivos podem ser táticos e estratégicos. A escola, por exemplo, é tática que participa da estratégia de infantilização, de sexualidade, mas também é estratégia de sequestro da infância.

traços de virilidade (Cf. FOUCAULT, 1988).

O filósofo ainda aborda os dispositivos em duas modalidades, quais sejam, o disciplinar e o de segurança: o disciplinar visa o corpo enquanto desempenho; já o de segurança está ligado ao biopoder, o qual atua sobre traços biológicos dos indivíduos de uma população a ponto de constituí-la e programá-la para determinado objetivo: trata-se de uma estratégia biopolítica³. Quando se observa a escola, por exemplo, nota-se seu funcionamento nessas duas vertentes: ao visar ensinar, por meio de exercícios, um aluno a corresponder a uma série de conhecimentos com melhor eficácia; ao objetivar vacinar crianças para que bem se desenvolvam, essa instituição atua, respectivamente, nas esferas disciplinar e de segurança.

A escola atua enquanto um dispositivo. Suas práticas acabam por instrumentalizar os corpos infantis o que a faz operar uma estratégia de infantilização, a qual Sandra Mara Corazza em sua tese intitulada *História da infantilidade: a-vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim* (1998) estudou e intitulou de dispositivo de infantilidade.

³ “Há que entender por ‘biopolítica’ a maneira pela qual, a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça. Essa nova forma do poder se ocupará, então: 1) Da proporção de nascimentos, de óbitos, das taxas de reprodução, da fecundidade da população [...] 2) Das enfermidades endêmicas [...] 3) Da velhice, das enfermidades que deixam o indivíduo fora do mercado de trabalho. Também, então, dos seguros individuais e coletivos, da aposentadoria. 4) Das relações com o meio geográfico, com o clima. O urbanismo e a ecologia.” (CASTRO, 2009, p. 59-60).

O dispositivo de infantilidade está ligado, sobretudo, ao biopoder o qual, na medida em que visa fabricar e planejar uma população acaba por dar visibilidade ao conceito de infância (infância esta que foi tida como débil, frágil, que deve ser corretamente adultizada) e, a partir dele, educam-se as crianças. Pelo fato de a infância ser concebida desse modo, torna-se perceptível uma das funções estratégicas dos dispositivos escolares, a saber, tornar a infância menos infantil, menos débil, desenvolvê-la sob saberes considerados verdadeiros, para que os infantis alcancem a correta adultez.

Pois bem. Se as escolas constituem sujeitos por meio do referido conceito de infância – direcionando-os a melhor adultez – e ao fazê-lo, opera a estratégia de infantilidade, ergue-se a questão que é investigada nesse artigo: como o dispositivo de infantilidade é operado nas escolas? Para investigar esse problema, faz-se uso de dois estudos além da tese de Corazza, a saber, os trabalhos de Gadelha (2009), que investiga a educação no Brasil, no âmbito da biopolítica, e de Bujes (2002) que foca seu trabalho, acerca da educação no mesmo país como produtora de sujeitos infantis por meio de aspectos disciplinares. São estudos que auxiliam a investigação das instituições escolares que trabalham o dispositivo de infantilidade. Também aqui a pesquisa apresenta algumas considerações sobre essas práticas em duas instituições escolares: a escola Hipólita Nunes em Guarapuava – PR e a escola Andre Zênere, localizada no município paranaense de Toledo.⁴

⁴ As duas escolas paranaenses, usam formas similares de disciplinamento dos corpos infantis, a partir da ideia de infância dependente, além de semelhanças no processo de adultização. Além das formas disciplinares e das

Sendo assim, segue-se à escola.

1. O dispositivo de infantilidade nas escolas

Segundo Corazza, historicamente, as crianças foram consideradas como dependentes de adultização e, portanto, necessita-se de específica instituição para direcioná-las à adultez e é dessa forma que se vê a função estratégica do dispositivo escolar. Ele é o lugar privilegiado para a transformação dos pequenos em adultos, justamente, por contar com determinada técnica que auxilia na evolução: trata-se da pedagogia que é pautada em saberes científicos com o propósito de direcionar as crianças à modalidade progressiva.

Adultizar os infantis é tirá-los da infância que é considerada pueril. Eis uma das várias funções da escola. Sendo assim, percebe-se que a instituição em questão não veio com a intenção de fabricar a infância, e sim “[...] para fazê-la, cada vez menos infantil, para acelerar – sempre mais depressa, maciçamente, massivamente, exclusivamente – o processo de afanise do infantilismo do infantil, conjurando e renegando sua infantilidade.” (CORAZZA, 1998, p. 478).

Embora a escola tenha emergido para tornar as crianças menos infantis, ela alarga a infância, estende-a por grande tempo de vida. Basta observar as escolas contemporâneas: se ser infantil

maneiras de se inscreverem nas estratégias de atuação sobre a população serem parecidas, elas partem da ideia de que a infância é algo que a ser protegido, trabalhado, educado para que os infantis se tornem cidadãos que participem da sociedade, que se comportem em uma moral já estabelecida em meio à uma sociedade pronta: que trabalhem, que não sejam gananciosos, que tenham bons modos, que usem seu sexo somente depois de passarem pela infância, entre outros.

significa não ser adulto, não estar pronto, não ser formado física e mentalmente, o fato de se reservar muitos dos anos iniciais da vida dos indivíduos para o período escolar, no qual supostamente aprendem a ser adultos, é uma forma de alargar a infância. Certamente, esse período de vida destinado ao aprendizado escolar, entra num cálculo de poder-saber de vários dispositivos e campos de forças, mas não se buscará aqui identificá-los por escapar aos limites e objetivos desse trabalho; todavia, é a partir dessa longa permanência dos indivíduos na instituição escolar que se pode melhor trabalhar sobre os corpos a ponto de instrumentalizá-los, investi-los em certa necessidade local-temporal.

Em suma, a infância é dependente de adultização, a escola é lugar para bem adultizar de acordo com saberes considerados verdadeiros, as formas de adultização são planejadas para atender uma urgência histórica local. Por isso percebe-se a escola operando o dispositivo de infantilidade em, ao menos, três modalidades: adultizando-as biologicamente, preparando-as para o mundo adulto sexual e disciplinando-as a ponto de se governarem.

1.1 Infância, biopolítica, população

As crianças são conduzidas pelos adultos, pelo poder-saber que esses edificam para que alcancem a adultez, sobretudo no sentido biológico. Para isso, edifica-se o dispositivo escolar e, em algumas de suas posturas, é permitido visualizar sua participação em tal objetivo: a regulagem nutricional de merendas, a exigência de aulas recreativas nas quais as crianças brincam de forma a desenvolverem coordenação motora, o ensino de higienização, tudo isso, entre outras modalidades, são aspectos biopolíticos dessa meta.

É ao submeter os corpos dos pequenos ao poder-saber disciplinar-biopolítico que se pode manipular biologicamente uma população. É nessa manipulação que ela é constituída de forma planejada, em estratégias de governo. Mantendo a infância como dependente, constrói-se determinada população como uma raça, como uma espécie, como um corpo de classe. Pode-se discorrer sobre tal premissa, tomando por base os estudos de Gadelha no livro intitulado *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault* (2009) que, embora não foque na infância, permite tal abordagem num momento específico da História do Brasil: na constituição do Estado Novo, na denominada era Getúlio Vargas (1937 a 1945).

Nas constatações de Gadelha, anterior ao período selecionado, o Brasil era visto por higienistas como um país que não tinha nenhum cuidado com a população quanto à saúde e educação: de 1910 a 1920, o país era um grande hospital, pois a grande maioria do povo encontrava-se doente ou próximo de condições para desenvolver algum mal. A partir de 1930, emerge a necessidade de programar o futuro da nação, de modo a regular os indivíduos que a constituirão. Por quê? Questões econômicas, sobretudo, causadas pela quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 que afetaram a economia mundial, inclusive a brasileira, forçaram o governo a intervir na população para desenvolver o país, investindo em educação: visava-se, assim, o progresso nacional por meio da instrumentalização do trabalho do povo.

Todavia para que se efetivasse o progresso, necessitava-se propiciar condições de boa saúde à população e, devido a isso, a escola não se limitou

em lecionar saberes acadêmicos: a educação estava ligada diretamente à manutenção da saúde dos pequenos e, sendo assim, tinha-se por meta discipliná-los no âmbito das consideradas boas formas de higienização. O investimento na saúde propiciava uma população com maior longevidade, com possibilidade de se qualificar, para assim, manter e desenvolver o país. Dessa forma, visava-se edificar, segundo Gadelha, uma raça, uma espécie nacional moralizada, marcada pela virilidade, perspectiva essa que deveria ser construída na escola⁵.

A qualidade da população ligava-se diretamente à educação. Nas palavras de Gadelha:

Mesmo seguindo nessa perspectiva, a melhoria da ‘qualidade da população’, que deveria se tornar ‘hígida e forte’ [...] não podia ser levada a cabo sem o concurso da educação, mas de uma educação, acrescento eu, que se via ela mesma obrigada a transmutar-se e adequar-se, além de às disciplinas, a essa nova tecnologia de dominação, a essa nova forma de governamentalidade: a biopolítica. (GADELHA, 2009, p. 198).

No Brasil, educava-se considerando aspectos vitais para constituir uma população forte. Dessa forma, percebe-se a necessidade de subordinar os

corpos infantis e conduzi-los à adulez biológica sob certos saberes científicos que serão sustentados pela escola. Tais perspectivas respondiam a uma governamentalidade de Razão do Estado “[...] no sentido da maximização do que Foucault chamava de ‘forças estatais’; por fim, [...] a educação se encontra implicada nesse grande projeto de construção da nação brasileira, nele cumprindo um relevante papel estratégico.” (GADELHA, 2009, p. 194).

Em suma: educar as crianças de maneira a preservar-lhes as vidas, consiste em direcioná-las a boa adulez biológica, o que propicia condições de viver mais, o que implica uma população mais vigorosa. Constituídos como adultos resistentes, possibilitava que trabalhassem saudavelmente de modo a aumentar as forças internas do Estado em que habitavam. Investir na saúde dos futuros adultos é investir em uma população nacional forte que desenvolve o país.

Pode-se sair um pouco dos registros bibliográficos e continuar a explicar essa perspectiva, também de maneira concreta. Na escola Hipólita Nunes, observa-se a seguinte prática de subordinação dos corpos para adultizá-los de acordo com saberes científicos que dizem respeito à saúde e ao crescimento. Além do ensino de higienização que perpassa as aulas de ciências, recreação, palestras de médicos, bombeiros e policiais, é oferecida certa medida de segurança para os pequenos da população que a escola atende: a cada três meses, há uma visita do pessoal de saúde que anota, em registros individuais, as medidas das crianças quanto a peso e altura. Caso identifiquem anormais, índices abaixo (desnutrição) ou acima (obesidade) que comprometem o desenvolvimento

⁵ Várias medidas foram tomadas, segundo Gadelha, para a constituição de uma população forte, das quais se destacam a educação moralizadora diferenciada para homens e mulheres de forma que influenciasse na construção das famílias; e também a vinda de imigrantes para limpar e melhor constituir a raça nacional. Ver: GADELHA, S. Um caso concreto: biopolítica e educação no Estado Novo. In: *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 182-204.

biológico, interroga-se as famílias para saber o que há de errado fora da instituição.

Assim como na escola Hipólita Nunes, na instituição Andre Zênere também existe um controle parecido no que diz respeito às merendas: há a visita do pessoal de saúde que inspeciona a cozinha da instituição, para observar se as refeições estão sendo produzidas e distribuídas corretamente⁶. A comida respeita os cardápios que, cuidadosamente, são planejados por nutricionistas e visam a boa alimentação. Há também, nas duas instituições, momentos de recreação, nos quais são realizadas brincadeiras que exigem atividades de locomoção corporal, de modo que desenvolvam e controlem seus movimentos motores com maior precisão.

Essas constatações permitem que se faça os seguintes apontamentos: edificam-se saberes de Estado sobre as crianças da população local bem como dos estilos de vida de suas famílias, o que permite ao Estado calcular suas ações sobre a população em determinados momentos, conforme as necessidades específicas (estas são características do dispositivo de segurança); observa-se a união de dispositivos – família, escola, política municipal (Estado) – para o controle da saúde das crianças (dispositivo disciplinar e de segurança); pelo ensino higienista, pela manutenção da vida, evidencia-se a constituição de uma população, uma raça, um corpo espécie, tal como Foucault apresenta como perspectivas da biopolítica. Assim releva a grande importância de continuar mantendo a infância como

⁶ A refeição das crianças da instituição de Guarapuava, é produzida na própria escola. Já a de Toledo, é feita em uma cozinha industrial.

dependente de adultização, reservando certas prioridades a ela.

Portanto, a atuação da escola opera o dispositivo de infantilidade. Mantendo a infância como dependente, consegue submeter os corpos para constituí-los biologicamente de forma que se desenvolvam sob determinado saber a ponto de constituírem a população futura.

1.2 Pedagogização do sexo

Se as escolas são dispositivos que se encarregam da infância das crianças para bem constituí-las como adultos, elas se preocupam, também, com a sexualidade dos pequenos, a qual é fortemente analisada sob o campo da psicanálise. Este modo de investigação sobre os humanos diz que certas anormalidades apresentadas pelos adultos se dão pelo uso do sexo desregrado na infância. Assim, são perceptíveis as preocupações dos psicanalistas para que se pedagogizasse o sexo das crianças para bem constituí-las e, conseqüentemente, a população futura. A psicanálise ao educar o sexo dos pequenos, tem a função de correção e de prevenção para que as pessoas não desenvolvessem certos males quando crescidas.

Nesse sentido, Freud e outros psicanalistas fizeram algumas recomendações quanto à educação: cabe à escola evitar que as crianças escondessem tal assunto como segredo devendo abordá-lo de forma mais clara possível⁷. Outra indicação que se pode

⁷ Corazza apresenta as constatações de Freud ao referir-se ao trabalho de M. Fürst. “[...] acredito que a ocultação conduz a criança a suspeitar mais do que nunca da verdade. A curiosidade nos leva a esmiuçar coisas que teriam pouco ou nenhum interesse para nós, se tivéssemos sido informados com simplicidade. Caso fosse possível manter a criança em absoluta ignorância, eu poderia aceitá-la, mas isso é

observar também, é que a escola, por meio das disciplinas, deve retardar o desenvolvimento sexual dos pequenos até a adultez: desse modo se bem prepararia as crianças à vida sexual adulta (Cf. CORAZZA, 1998, p. 473).

Não se faz aqui uma análise dos estudos freudianos e de outros psicanalistas, por escapar aos objetivos e limites desse trabalho. O que interessa ao discorrer sobre a pedagogização do sexo é que, se por tal prática visa-se à saúde, a correção da população, é evidente que se constrói uma sexualidade para a infância na qual se educa os pequenos. Dessa forma, pela grande importância que se dá ao sexo infantil, todos os educadores deveriam obter conhecimentos fundamentais de psicanálise⁸.

Nas escolas Hipólita Nunes e Andre Zênere encontram-se alguns aspectos que permitem explicitar a operação do dispositivo de infantilidade no âmbito sexual. Na primeira instituição, por exemplo, as professoras, sobretudo orientadoras, têm noções de psicanálise: as professoras apresentam um conhecimento bem menos apurado, já as

orientadoras, de modo mais profundo. O corpo docente dessa instituição utiliza esse campo de investigação para analisar o comportamento das crianças, o que é evidenciado num documento escolar, de uma antiga orientadora: “a menina A., de 8 anos, apresenta uma postura incompatível com as normas institucionais: ela comete frequentes furtos de pertences de outras crianças da escola, assim como de equipamentos da sala dos professores. A orientadora escolar diz que tal atitude representa sinais de uso do sexo de acordo com certos conceitos de psicanálise e, sob esse campo, prontificou-se a analisar a garota e sua família”. Tal modo de investigação da conduta humana é aceito como verdadeiro; demonstra-se que a criança não pode fazer uso de seu sexo por ter sido constituída uma sexualidade para ela. Consequentemente, trata-se de retardar a maturidade sexual até a idade adulta⁹.

Na segunda instituição, também se pode observar o intuito de retardamento da maturidade sexual das crianças até a idade adulta. Numa atividade de intercâmbio de correspondências realizada em uma das oficinas do Projeto *Escrileituras*¹⁰, a menina Y., de

impossível. O convívio com outras crianças, as leituras que induzem à reflexão, e principalmente a dissimulação de seus pais e educadores intensifica a vontade de saber. Este desejo, satisfeito apenas parcialmente e em segredo, excita seu sentimento e perverte sua fantasia, de forma que a criança começa a pecar em períodos nos quais seus pais acreditam que ainda ignora o que seja o pecado.” (CORAZZA, 1998, p. 471). Neste sentido, pode-se observar um contraponto na argumentação de Foucault que, em a *Vontade de saber* diz que as crianças deveriam esconder como um segredo as práticas de sua sexualidade para que, então, se descobrisse o que as levava a executar tal ato.

⁸ “Seria útil, assinala Pfister, que todos os especialistas em disciplinas pedagógicas tivessem os conhecimentos mais fundamentais no campo da Educação Psicanalítica.” (CORAZZA, 1998, p.474).

⁹ No sentido das recomendações dos psicanalistas, diz-se idade adulta, entretanto, as práticas voluntária e involuntária do sexo, estão presentes, também, em crianças. Na escola Hipólita Nunes, por exemplo, meninos foram surpreendidos pela direção escolar praticando tal ato num dos sanitários da instituição.

¹⁰ Trata-se de um projeto que foi fomentado nas universidades brasileiras UFRGS, UFPel, UNIOESTE, UFMT. Inscreve-se no Programa Observatório da Educação do MEC, cujo objetivo foi o de criar novas propostas de estudos e pesquisas, para elevar a qualidade da educação básica nacional, ou seja, visou superar os dados apontados pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – “[...] principalmente aqueles que sinalizam as dificuldades de linguagem na escola, expressadas pela grande maioria dos alunos da

9 anos, escreve para seu destinatário, um menino, declarações que a professora não considerava adequadas para uma garota de sua idade. Todas as cartas, antes de serem entregues, foram cuidadosamente inspecionadas pela professora que, quando viu o conteúdo de Y., ordenou que confeccionasse outro texto sem irregularidades.

Nos dois dispositivos há aspectos de formação de sexualidade infantil: no primeiro, sobretudo, a vontade de saber sobre o sexo da criança; no segundo, destaca-se a educação/repressão do sexo.

1.3 Autodisciplina

Chega-se a um ponto extremamente importante no qual se percebe a escola operando o dispositivo de infantilidade de jeito específico: trata-se do aspecto do automonitoramento, modalidade tão eficiente a ponto de criar hábitos de autovigilância naqueles investidos pelo poder-saber.

Essa técnica é praticada de diversas formas na antiga história da infantilidade, para fazer com que as crianças se vigiassem para serem menos imprudentes, protegendo-se um pouco mais. São modos de amedrontá-las, de constrangê-las sob as mais variadas perspectivas, como por exemplo, a criação do anjo da guarda: “não faça a coisa X porque é feio, é pecado, e o seu anjinho está vendo tudo” – modo com que se estimulava o monitoramento de si, pela vergonha. É perceptível também a edificação de histórias para aterrorizá-las para impedir de levantar à noite: “se você sair da sua cama, o monstro, fantasma, bicho, demônio, homem do saco, – entre outros termos –, vai pegá-lo e levá-lo embora”. O curioso é que

essa forma de autocontrole é utilizada até hoje.

Pois bem. Investiga-se, agora, como essa forma de disciplina atua na instituição escolar: para analisar esse ponto, tomam-se por base, desta vez, as pesquisas de Bujes (2002). As constatações dessa pesquisadora apontam uma das possíveis perspectivas de como o dispositivo de infantilidade é operado na escola sob o aspecto da autodisciplina.

A partir do segundo capítulo do livro *Infância e maquinarias*, Bujes examina como o *Referencial curricular nacional (RCN)* em conjunto com a *Revista Nova Escola* funcionam como dispositivos reguladores das práticas pedagógicas escolares. Nessa investigação, há um ponto específico intitulado “O eu inventado” no qual é discutida a operação desses dispositivos que fazem funcionar o vigiar-se.

Segundo a pesquisadora, os dispositivos *RCN* e a *Revista Nova Escola* instruem para que sejam possibilitados nas escolas, momentos reservados para as crianças desenvolverem suas capacidades por meio de debates, o que propicia oportunidades de emitirem opiniões. “O que as crianças aprendem nestas atividades em que são convidadas a falar ‘é uma gramática para a auto-interpretação e para a expressão do eu e uma gramática para a interrogação pessoal do outro’”.¹¹ (BUJES 2002, p. 177). Essa atividade não deve ser ministrada sem vigilância: os professores são responsáveis por aplicá-las e controlar as declarações dos pequenos. Significa que, na medida em que as crianças falam de si, os

Educação Básica através da avaliação da Prova Brasil.” (CORAZZA, 2010, p. 17).

¹¹ A argumentação de Bujes é parte citada do texto de Larrosa “Tecnologias do ‘eu’ e educação”, contidas no livro organizado por Tomaz Tadeu da Silva, intitulado *O sujeito da Educação: estudos foucaultianos* (1994).

dispositivos pedagógicos atuam na regulação de suas enunciações, de suas ações, de forma que aprendem “[...] a ser pessoas dentro de um determinado repertório de possibilidades.” (BUJES, 2002, p. 174)¹².

Nesse repertório de possibilidades instituído pelos modos pedagógicos regras são propostas aos pequenos delimitando o proibido e o permitido, o certo e o errado e, nesse campo, as crianças se conduzem: elas se veem em situações polarizadas de bem ou mal – assim, como argumentado numa das características do dispositivo disciplinar, que pré-estabelece normas – e se perguntam “como estou me saindo ao me comportar desse jeito de acordo com tais ou tais regras?” Isso significa que ela se julga e, conseqüentemente, se regula, ou seja, ela governa a si mesma dentro dos campos normativos que foram pré-estabelecidos na instituição; mas claro, coage-se os infantis a seguirem sempre para o comportamento que se espera (do certo, do permitido)¹³.

Como afirma Rose (1998) “Através da autoinspeção, da autoproblematização, do automonitoramento e da confissão, avaliamos a nós mesmos de acordo com

¹² Bujes (2002, p. 207) traz em seu livro um trecho interessante do texto de Nikolas Rose (1998) “Governando a Alma: a formação do eu privado”, contido no livro também organizado por Tomaz Tadeu da Silva *Liberdades Reguladas*, no qual diz: “A ironia é que nós acreditamos, ao transformar nossa subjetividade no princípio de nossas vidas pessoais, de nossos sistemas éticos e nossas avaliações políticas, que estamos livremente escolhendo a nossa liberdade.”

¹³ Nessa perspectiva, não se trata de fazer da criança apenas um indivíduo que se veja, se decifre nos enunciados, mas visa que se conheça: trata-se de uma forma de transformar a mente humana num “[...] olho que pode ver/conhecer as coisas. Assim o autoconhecimento seria propiciado pela curiosa faculdade do olho da mente de ver o próprio sujeito que vê.” (BUJES, 2002, p. 186).

critérios que nos são fornecidos pelos outros.” (ROSE, 1998, p. 43).

Nessa mesma linha, Bujes diz:

A pessoa é constantemente incitada a dirigir a própria conduta, a estabilizar as suas ações, a ordenar e dar um sentido às suas escolhas [...] Portanto, autogovernar-se é, de certo modo, fabricar-se e inventar-se constantemente, ainda que dentro dos limites e do controle exercido pelas relações de poder nas/das quais participamos. (BUJES, 2002, p. 207).

Sendo assim, a autodisciplina atua, segundo Bujes, de forma a fazer com que as crianças aprendam a se conduzir racionalmente de modo que abdicuem da ignorância e terminem por alcançar a cidadania. As crianças monitoram-se naquilo que dizem e fazem, entretanto, quando necessário, os indivíduos do corpo pedagógico escolar intervêm esculpindo-as para alcançar as virtudes dos adultos: a responsabilidade, a capacidade de responder por si, conscientemente. A partir disso torna-se possível fazer, ao menos, dois apontamentos: ao visar tais metas percebe-se que a educação pelo automonitoramento busca bem adultizar as crianças fazendo-as se conduzir num determinado jogo de regras pré-estabelecido. Conseqüentemente, por visar responsabilizá-las torna-se justificável o uso de determinadas sanções para normalizá-la pela técnica de poder do dispositivo disciplinar “Se perguntarem a uma criança, porque você está de castigo? Ela dirá: estou aqui porque não fiz a lição de casa, ou porque me comportei mal, ou porque briguei com alguém”. Ela reconhece que foi negligente com às normas e por tal motivo sofre a punição.

Existe a função disciplinar nas escolas paranaenses observadas almejando que

as crianças se regulem, ao menos, em duas modalidades. Na escola Hipólita Nunes, por exemplo, há um horário reservado para educação de valores: é uma disciplina na qual são trabalhados, por meio de contos, valores considerados corretos tais como respeito, amizade, honestidade, bons modos, entre outros. A partir dos contos, as crianças são interrogadas sobre as atitudes das personagens de modo a responder se agiram de forma correta ou não e, inclusive, solicita-se que justifiquem as opiniões. De acordo com suas declarações – que apontam o modo pelo qual observam determinada situação –, se não forem explicitadas como se espera as professoras interferem de modo a corrigi-las, conduzindo-as ao pensamento da norma. Mostra-se o correto e o incorreto e, assim, busca-se constituí-las de modo a seguirem pelo lado permissivo da norma, de forma que percebam seus pensamentos: em suma, apresentam as regras para as crianças e dizem que se age bem em segui-las e mal ao desobedecê-las, de modo que aqueles que pensam em desacordo com o bem agir poderão sofrer determinadas punições.

Por exemplo, numa história na qual são trabalhados valores como honestidade, integridade, respeito – moralidades que são cristalizadas como regras de convivência nas escolas – alguém encontra um objeto perdido, entretanto, sabe a quem pertence. É correto devolvê-lo ou pegar para si? Se um aluno se inclina ao pensamento da segunda opção, a professora, imediatamente, diz que ele pensa de modo errôneo e faz uma gama de apontamentos de modo a colocá-lo como incorreto. Essa forma disciplinar busca fazer com que as crianças aceitem tais normas, valores como verdadeiros para, assim, se guiarem nesse campo –

sendo coagidos sempre ao lado do instituído permissivo. Significa que esses são tidos – e são conscientizados de que são visualizados dessa forma – como responsáveis por aquilo que dizem e fazem dentro do espaço escolar e, assim, devem vigiar sua conduta. Acabam por monitorar-se e, conseqüentemente, regular-se, porque sabem que praticando ações inapropriadas às normas, sofrerão determinadas sanções.

Outra técnica que parte do monitoramento dos adultos das escolas para fazer com que as crianças se disciplinem, é a de fazer com que não se orgulhem de seus maus comportamentos. Quando há problemas de comportamento e as professoras não conseguem resolver, o aluno é retirado da sala e encaminhado à orientação ou direção, onde lhe é chamada a atenção – prática ocorrida também na escola Andre Zênere. Quando bem sucedida a conversa, o pequeno se convence que se portou de modo inadequado e acaba por repudiar seu malfeito. Assim, as crianças passam a se monitorar de acordo com o comportamento exigido.

Nos dois exemplos, percebe-se que a disciplina atua de forma que se dê o autoregulamento, não necessitando, exatamente, da vigilância partida de uma instância terceira, hierárquica. Quando bem eficaz, a disciplina faz com que os próprios pequenos se disciplinem e que aceitem determinado campo normativo como verdadeiro. Dessa forma, percebe-se as escolas operando o dispositivo de infantilidade pela autodisciplina: os infantis vigiam a si mesmos, num campo de regras que aceitam como verdadeiro, são mantidos como dependentes de adultização e, assim, é permitido que se labore sobre seus corpos de modo a instrumentalizá-los para uma emergência histórica local,

como por exemplo, aproveitá-los para aumentar as forças internas do Estado: o ensino de comportamentos corretos (para se conduzir na moral da vida burguesa, sobretudo, no trabalho) e de saberes necessários para a formação de indivíduos (para manter a economia), a correção dos considerados anormais (visto, sobretudo, no âmbito da sexualidade), o visar a manutenção da saúde, são perspectivas que pertencem à forma de vida burguesa. O Estado assume tal forma de vida e, ao se responsabilizar pela educação das crianças, direciona-as a essa modalidade. Dessa forma, reservar a infância para laborar sobre ela, significa constituí-la de modo que pense e aja pela linha considerada normal e correta: indivíduos saudáveis, que participam do mercado econômico, que se monitoram nesse padrão, acabam por atender a urgência histórica de desenvolver e manter o Estado.

1.4 Considerações finais

Percebe-se que a escola atua enquanto dispositivo por constituir sujeitos para atender determinada urgência histórica. Essa edifica as crianças a partir do conceito de infância, buscando adultizá-las. Essa instituição opera o dispositivo de infantilidade de maneira a desenvolver os pequenos biologicamente, educando-os para o mundo adulto sexual e disciplinando-as para se governarem.

Evidenciou-se que o investimento das crianças nesse conceito de infância está ligado à população: elas são como um povo por vir, o que significa que ao investi-las no poder-saber da infantilidade constituem-se futuros sujeitos de uma população. Trata-se de sujeitos disciplinados e biologicamente desenvolvidos. Sendo assim, empreender os corpos infantis nos dispositivos escolares infantilizadores

de poder-saber significaria constituir uma população futura, que responderia a uma arte de governar que busca propiciar subsistência aos indivíduos que mantêm o Estado que habitam.

Contudo, deve-se fazer um breve apontamento: as escolas, no entanto, não são máquinas disciplinares que operam perfeitamente o dispositivo de infantilidade, a ponto de produzir sujeitos corretos que aumentam as forças Estatais. Um dispositivo também produz, nos sujeitos, efeitos de contrapoder – contrário daquilo que se almeja nos indivíduos – e, nessas instituições, conforme observado, em tais sujeitos também são produzidos esses efeitos. Na incursão feita nas escolas paranaenses, por exemplo, observou-se que existem crianças que saem das salas de aula e ficam a perambular por corredores até serem apanhadas pelas orientadoras escolares, há as que desafiam a autoridade das professoras, que não fazem as lições, que não dão grande importância quando recebem notas baixas, que não respeitam as normas escolares. Muitos dos pais, conforme se observa em relatos e diários dos professores das duas instituições paranaenses, não cobram bons rendimentos escolares de seus filhos, o que acarreta deficiência do poder nas escolas, pois as críticas provindas desses aparatos educacionais não possuem muita importância para essas famílias. Assim, torna-se cada vez mais difícil educá-los em tais perspectivas.

Contudo, existe o sucesso do dispositivo escolar quando opera a estratégia de infantilidade, sobretudo, quando se observa a questão do automonitoramento: o indivíduo disciplinado se monitora e se regula, sem a necessidade de observações terceiras. No caso da escola, por

exemplo, a criança faz a lição de casa, pois se conscientiza que deve entregá-la no dia seguinte e, para isso, evita outras atividades para confeccionar a tarefa escolar: é como se ela acabasse por tornar *Panopticon*¹⁴ de si. Nas escolas, os indivíduos se regulam a partir da moral estabelecida pelos dispositivos e, assim, investem-se no poder-saber de infantilidade que os constituem como sujeitos que atendam à urgência do aumento das forças do Estado.

Referências

BUJES, M. I. E. *Infância e maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORAZZA, S. M. *Escreleituras*: um modo de ler-escrever em meio à vida. Cidade: UFRGS, 2010. 36 f. (Projeto de pesquisa, Plano de Trabalho, Observatório da educação). Projeto em andamento.

_____. *História da infantilidade*: a-vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim. 1998. 619f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: história da violência nas prisões. 34. ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

_____. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Recebido em 2017-01-29

Publicado em 2017-08-04

¹⁴ Panóptico, segundo Foucault (2007), é em suma um prédio em formato de anel dividido em celas nas quais os indivíduos são vigiados por alguém que se encontra numa torre, localizada no centro do edifício. Eles são regulados por meio da disciplina que lhes são ministradas pelos monitores. No caso da afirmação, é como se o próprio indivíduo se regulasse cobrando de si, e não que um terceiro o faça.